



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo: n.º 00600-00001272/2021-91-e (p)

Jurisdicionados: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e Instituto de Gestão Estratégica em Saúde do Distrito Federal-IGESDF.

Assunto: Representação.

Ementa: Representação nº 6/2021-G2P/MPCDF subscrita pela ilustre Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, que dá notícia da ocorrência de possíveis irregularidades no Instituto de Gestão Estratégica em Saúde do Distrito Federal ao formalizar demissões de empregados ou quando da devolução de servidores da Secretaria de Estado de Saúde a ele cedidos, com prejuízo aos pacientes que são atendidos pelas unidades gerenciadas pela referida entidade. Juntada de anexos (peças 1 a 6).

. Requerimento formalizado pelo Ministério Público de Contas motivado pela edição do Decreto nº 44.160/2022, no qual foi determinado o retorno de todos os servidores integrantes das carreiras pertencentes à Secretaria de Estado de Saúde, que se encontram desempenhando suas atividades funcionais no Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, a exceção dos médicos especialistas cuja prestação de serviço especializado no Hospital de Base ou no Hospital Regional de Santa Maria (peça 179).

. A Secretaria de Fiscalização de Pessoal-SEFIPE sugeriu ao Tribunal que: I - tome conhecimento: 1. da peça 179 (sob e-DOC 7B958668-e), referente a requerimento subscrito pelo ilustre Procurador do MPC/DF (em substituição) Danilo Moraes dos Santos, acolhendo-se o pedido inicial nele formulado (constante na subalínea “a”, itens “i” e “ii”); 2. do Ofício nº 60/2023-SES/GAB, de 04/01/2023 (peça 177, sob e-DOC 0B102D0E-c), proveniente da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, cuja requisição já se fez prontamente atendida pela Sefipe; II. determine à Governadoria do Distrito Federal que, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, contados da respectiva notificação, encaminhe à Corte de Contas todos os documentos que subsidiaram a edição do Decreto Distrital nº 44.160, de 25 de janeiro de 2023 (que dispõe sobre o retorno ao quadro de pessoal da SES/DF dos servidores estatutários cedidos ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF), notadamente, os relativos à sua fundamentação, demonstrando, ao ensejo, o atendimento aos parâmetros fixados pela Decisão TCDF nº 553/2021, com ênfase



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

para o exposto em seu item IV, cujo inteiro teor pode ser diretamente compulsado na página eletrônica deste Tribunal (pelo link “Consulta Processo TCDF”); **III.** dê ciência do teor desta decisão ao MPC/DF, à SES/DF, ao IGESDF e ao SINDMÉDICO/DF, na pessoa de seu representante legal; e, **IV.** autorize o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins (peça 183).

. Juntada de documentos novos pelo Conselho Regional de Saúde de Santa Maria, contendo pedido de vista dos autos (peça 188).

. Publicação do Decreto nº 44.207, de 07.02.2023 na edição extra nº 16-A, de mesma data. Alteração do Decreto nº 44.160/2023, que dispõe sobre o retorno dos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que se encontram desempenhando suas atividades funcionais no IGES/DF.

. Despacho Singular nº 059/2023-GCRR: deferimento do pedido de vista formulado pelo Conselho Regional de Saúde de Santa Maria – CRSSM e remessa ao Ministério Público de Contas para manifestação quanto aos reflexos do Decreto nº 44.207/2023, especialmente se dissipa a preocupação veiculada no Requerimento de peça 179 ou se é o caso de ratificação dos termos da diligência nele requerida (peça 189).

. Parecer nº 18/2013 G2P/MPCDF: opina pela reiteração do Requerimento de peça 179, manutenção da Decisão nº 553/2021, remessa de determinação à SES/DF para que apresente os fundamentos que deram origem aos Decretos nºs 44.160 e 44.207/2023, acesso ao Processo nº 04016-00119891/2022-72 ou a qualquer outro que tenha relação com o assunto em pauta (peça 192).

. Despacho Singular nº 71/2023-GCRR: remessa do feito à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para instrução complementar, devendo ser abordado o que consta dos autos a partir do Requerimento de peça 179, bem como de documentos a ele relacionados e do Parecer nº 18/2013 G2P/MPCDF (peça 193).

. Juntada de novos documentos oriundos do IGESDF (peças 197 a 199), do Gabinete da Deputada Distrital DAYSE AMARÍLIO (peça 200) e do Conselho Regional de Saúde de Santa Maria/SRSSU/SES (peça 201).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

. Nesta fase a Secretaria de Fiscalização de Pessoal sugere ao Tribunal que: **I - tome conhecimento:** **a)** do requerimento subscrito pelo ilustre Procurador Danilo Moraes dos Santos, no exercício de substituição na 2ª Procuradoria do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (peça 179); **b)** do Parecer nº 186/2023 - G2P (peça 192), subscrito pela ilustre Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, do MPC/DF; **c)** do Ofício nº 376/2023 - IGESDF/DP/CONJUR (peça 197), do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, advindo em resposta à diligência constante do item III da Decisão nº 5.328/2022; **d)** dos Ofícios nº 12/2023 e 16/2023 – SES/SRSSU/CRSSM, do Conselho Regional de Saúde de Santa Maria (peças 188 e 201, respectivamente); **e)** do expediente subscrito pela Senhora Deputada Distrital Dayse Amarílio (peça 200); **f)** do Ofício nº 60/2023 - SES/GAB (peça 177), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, cuja requisição já se fez prontamente atendida pela SEFIPE; **II – delibere** quanto ao pedido formulado no referido requerimento do Parquet especializado, ratificado no Parecer nº 186/2023 - G2P, como também acerca do pleito neste último acrescido para que seja franqueado “o link de acesso ao Processo 04016- 00119891/2022-72 ou qualquer outro que traga informações sobre a cessão em curso”; **III – caso deferidos os pedidos constantes do item II supra, determine** o encaminhamento de cópia dos documentos em que se formulam ao Senhor Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil do Distrito Federal e ao titular da Secretaria de Estado de Saúde para que, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da respectiva notificação: **a)** remeta a este Tribunal de Contas: **1)** os competentes documentos que subsidiaram a edição do Decreto Distrital nº 44.160, de 25 de janeiro de 2023 (que dispõe sobre o retorno ao quadro de pessoal da SES/DF dos servidores estatutários cedidos ao IGESDF), notadamente, os relativos à sua fundamentação, assim como os motivos que conduziram à sua alteração pelo Decreto nº 44.207, de 07 de fevereiro de 2023, que discriminou as situações excepcionadas daquela medida, demonstrando o atendimento aos parâmetros fixados no item IV da Decisão TCDF nº 553/2021, cujo inteiro teor pode ser diretamente compulsado na página eletrônica deste Tribunal (link “Consulta Processo TCDF”); **2)** demais esclarecimentos que julgar pertinentes; **b)** franquear “o link de acesso ao Processo 04016-00119891/2022- 72 ou qualquer outro que traga informações sobre a cessão em curso”, conforme requerido pelo MPC/DF; **IV – alternativamente, autorize** o envio de cópia dos documentos citados no item II supra e nas alíneas “d” e “e” do item I precedente à Casa Civil do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com vistas ao grupo de trabalho instituído nos termos da Portaria Conjunta nº 05, de 11 de fevereiro de 2023, para ciência das preocupações e considerações manifestadas ao TCDF no tocante à condução dos procedimentos de retorno dos servidores estatutários cedidos ao IGESDF determinado pelo Decreto nº 44.160/2023 e, em especial, dos requisitos exigidos por esta Corte de Contas para a consecução de tal propósito (conf. item IV da Decisão nº 553/2021); **V –**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, tão logo homologado pela autoridade competente o texto final do relatório fundamentado de que trata o art. 2º do Decreto nº 44.207/2023, contendo a avaliação da necessidade dos aludidos procedimentos de retorno e, se o caso, o cronograma desses atos de forma gradativa e planejada para que não haja desassistência da prestação de serviço de saúde, encaminhe a este Tribunal cópia integral do(s) processo(s) autuado(s) para esse fim, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, contados da citada homologação; VI – considere improcedente, no mérito, a denúncia apresentada pelo SINDMÉDICO/DF na peça 152 destes autos, de suposto desrespeito às diretrizes constantes do item IV da Decisão TCDF nº 553/2021 e consequente prejuízo à assistência em saúde prestada pelo IGESDF à população do Distrito Federal, uma vez que não se concretizou a pretensão estatal constante do Ofício nº 206/2022 – SES/GAB, de 10 de janeiro de 2022 (reportado naquela denúncia), de devolução de 18 (dezoito) profissionais médicos da especialidade clínica médica cedidos àquele Instituto, com a finalidade de comporem força de trabalho para mobilização da reabertura do Hospital do Sol Nascente - Complexo da Cidade do Sol; VII – autorize: a) o encaminhamento da decisão que vier a ser proferida no feito ao MPC/DF, à SES/DF, ao IGESDF e ao SINDMÉDICO/DF, na pessoa de seu representante legal, assim como à Senhora Deputada Distrital Dayse Amarílio e à Senhora Presidente do Conselho Regional de Saúde de Santa Maria – CRSSM; e b) a devolução destes autos à SEFIPE para os devidos fins (peça 203).

. **Decisão.** Preliminarmente, acolhimento parcial da sugestão ofertada pela Unidade Técnica. Diligência. Determinação. Devolução dos autos à SEFIPE.

DESPACHO SINGULAR Nº 107/2023-GCRR

Trata o processo de Representação formalizada pela Procuradora **Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira**, membro do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, a qual, em apertada síntese, comunicou a esta Corte de Contas os seguintes fatos noticiados na imprensa:

a) o Instituto de Gestão Estratégica em Saúde do DF (IGESDF) formalizou a dispensa de vários enfermeiros e agentes de enfermagem, após troca de gestão;

b) a referida entidade vem adotando diversas medidas para redução de despesas, buscando alcançar equilíbrio econômico-financeiro.

Em etapa pretérita, via Despacho Singular nº 71/2023-GCRR, determinei a remessa do feito à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para que formulasse instrução complementar, devendo abordar o que consta dos autos a partir do



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

Requerimento de peça 179, bem como de documentos a ele relacionados e do Parecer nº 18/2013 G2P/MPCDF (peça 193).

Em atenção à referida deliberação monocrática, a Unidade Técnica sugere ao Tribunal que:

*“I - tome conhecimento: **a)** do requerimento subscrito pelo ilustre Procurador Danilo Moraes dos Santos, no exercício de substituição na 2ª Procuradoria do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (peça 179); **b)** do Parecer nº 186/2023 - G2P (peça 192), subscrito pela ilustre Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, do MPC/DF; **c)** do Ofício nº 376/2023 - IGESDF/DP/CONJUR (peça 197), do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, advindo em resposta à diligência constante do item III da Decisão nº 5.328/2022; **d)** dos Ofícios nº 12/2023 e 16/2023 – SES/SRSSU/CRSSM, do Conselho Regional de Saúde de Santa Maria (peças 188 e 201, respectivamente); **e)** do expediente subscrito pela Senhora Deputada Distrital Dayse Amarílio (peça 200); **f)** do Ofício nº 60/2023 - SES/GAB (peça 177), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, cuja requisição já se fez prontamente atendida pela SEFIPE;*

II – delibere quanto ao pedido formulado no referido requerimento do Parquet especializado, ratificado no Parecer nº 186/2023 - G2P, como também acerca do pleito neste último acrescido para que seja franqueado “o link de acesso ao Processo 04016- 00119891/2022-72 ou qualquer outro que traga informações sobre a cessão em curso”;

III – caso deferidos os pedidos constantes do item II supra, determine o encaminhamento de cópia dos documentos em que se formulam ao Senhor Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil do Distrito Federal e ao titular da Secretaria de Estado de Saúde para que, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da respectiva notificação:

***a)** remeta a este Tribunal de Contas os competentes documentos que subsidiaram a edição do Decreto Distrital nº 44.160, de 25 de janeiro de 2023 (que dispõe sobre o retorno ao quadro de pessoal da SES/DF dos servidores estatutários cedidos ao IGESDF), notadamente, os relativos à sua fundamentação, assim como os motivos que conduziram à sua alteração pelo Decreto nº 44.207, de 07 de fevereiro de 2023, que discriminou as situações excepcionadas daquela medida, demonstrando o atendimento aos parâmetros fixados no item IV da Decisão TCDF nº 553/2021, cujo inteiro teor pode ser diretamente compulsado na página eletrônica deste Tribunal (link “Consulta Processo TCDF”); **2)** demais esclarecimentos que julgar pertinentes;*

***b)** franquear “o link de acesso ao Processo 04016-00119891/2022- 72 ou qualquer outro que traga informações sobre a cessão em curso”, conforme requerido pelo MPC/DF;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

IV - alternativamente, autorize o envio de cópia dos documentos citados no item II supra e nas alíneas “d” e “e” do item I precedente à Casa Civil do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com vistas ao grupo de trabalho instituído nos termos da Portaria Conjunta nº 05, de 11 de fevereiro de 2023, para ciência das preocupações e considerações manifestadas ao TCDF no tocante à condução dos procedimentos de retorno dos servidores estatutários cedidos ao IGESDF determinado pelo Decreto nº 44.160/2023 e, em especial, dos requisitos exigidos por esta Corte de Contas para a consecução de tal propósito (conf. item IV da Decisão nº 553/2021);

V – determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, tão logo homologado pela autoridade competente o texto final do relatório fundamentado de que trata o art. 2º do Decreto nº 44.207/2023, contendo a avaliação da necessidade dos aludidos procedimentos de retorno e, se o caso, o cronograma desses atos de forma gradativa e planejada para que não haja desassistência da prestação de serviço de saúde, encaminhe a este Tribunal cópia integral do(s) processo(s) autuado(s) para esse fim, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, contados da citada homologação;

VI – considere improcedente, no mérito, a denúncia apresentada pelo SINDMÉDICO/DF na peça 152 destes autos, de suposto desrespeito às diretrizes constantes do item IV da Decisão TCDF nº 553/2021 e consequente prejuízo à assistência em saúde prestada pelo IGESDF à população do Distrito Federal, uma vez que não se concretizou a pretensão estatal constante do Ofício nº 206/2022 – SES/GAB, de 10 de janeiro de 2022 (reportado naquela denúncia), de devolução de 18 (dezoito) profissionais médicos da especialidade clínica médica cedidos àquele Instituto, com a finalidade de comporem força de trabalho para mobilização da reabertura do Hospital do Sol Nascente - Complexo da Cidade do Sol;

VII – autorize: a) o encaminhamento da decisão que vier a ser proferida no feito ao MPC/DF, à SES/DF, ao IGESDF e ao SINDMÉDICO/DF, na pessoa de seu representante legal, assim como à Senhora Deputada Distrital Dayse Amarílio e à Senhora Presidente do Conselho Regional de Saúde de Santa Maria – CRSSM; e b) a devolução destes autos à SEFIPE para os devidos fins” (peça 203).

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal promoveu a juntada dos documentos de peças 205/206, nos quais se posiciona contrariamente a saída dos médicos estatutários e demais profissionais de saúde envolvidos no trabalho que é prestado a população do Distrito Federal.

É o resumo do necessário.

Decido.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

Entendo que esta Corte de Contas carece de maiores esclarecimentos para que possa deliberar, com segurança, sobre os diversos pedidos formalizados a partir e após o Requerimento subscrito pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal, motivado pela edição do Decreto nº 44.160/2023.

No referido decreto foi determinado o retorno de todos os servidores integrantes das carreiras pertencentes à Secretaria de Estado de Saúde, que se encontram desempenhando suas atividades funcionais no Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, à exceção dos médicos especialistas que estejam prestando serviço especializado no Hospital de Base ou no Hospital Regional de Santa Maria.

Posteriormente, foi editado o Decreto nº 44.207/2023, com o seguinte teor:

"Art. 1º O Decreto nº 44.160, de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

§1º Excetuam-se do disposto no caput:

I - os médicos cuja prestação de serviço especializado seja realizado exclusivamente no Hospital de Base ou no Hospital Regional de Santa Maria;

II - os profissionais que compõem a equipe dos médicos de que trata o inciso I;

III - os servidores cuja prestação de serviço seja realizada no Centro de Especialidade Odontológica - CEO Hospital Regional de Santa Maria (HRSM);

IV - os profissionais que compõem a equipe dos servidores de que trata o inciso III; e

V - os servidores preceptores e tutores de residência médica e multidisciplinar.

§2º..... (NR)

Art. 2º Para o fiel cumprimento do disposto neste Decreto, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF e o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF formarão Grupo de Trabalho para elaboração de relatório fundamentado contendo o cronograma de retorno de forma gradativa e planejada, para que não haja desassistência da prestação de serviço de saúde.

Parágrafo único. O grupo de trabalho de que trata o caput será coordenado pela SES/DF." (NR) Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação."



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

Este é o contexto legal que motiva e fundamenta os diversos pedidos juntados ao feito, a partir do requerimento formalizado pelo *Parquet* especial.

Neste caminhar cabe evidenciar que, em etapa pretérita, este Tribunal de Contas editou a Decisão nº 553/2021 com o seguinte teor:

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...)

IV – com fulcro no art. 277 do RI/TCDF, ante as razões que fundamentam o referido voto e os pedidos cautelares requeridos pelo Ministério Público junto à Corte de Contas do Distrito Federal e pelo Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) que, salvo decisão judicial em contrário ou até ulterior deliberação deste Tribunal de Contas, observem o seguinte:

a) a devolução de servidores cedidos àquele IGESDF deve observar, rigorosamente, o previsto no Contrato de Gestão nº 001/2018-SES/DF (Cláusula Décima, item IX), na Lei nº 5.899/2017 (arts. 1º e 2º) e na Constituição Federal que, no caput do seu art. 37, dispõe que o ato administrativo subordina-se ao que deflui dos princípios da eficiência, da moralidade, da impessoalidade e da economicidade, entre outros;

b) somente efetuem devolução de servidores lotados nas Unidades de Saúde administradas pelo referido Instituto se presentes às seguintes condições:

b-1 - o ato deve ser devidamente motivado, de modo que se possa dele extrair informações a respeito da necessidade da devolução, carência de servidores na Unidade da nova lotação, ausência de prejuízo para os serviços prestados pelo IGESDF à população do Distrito Federal, incremento na eficiência dos serviços de saúde prestados à população pela SESDF e pelo IGESDF em razão da devolução;

b-2 - caso haja necessidade de substituição do servidor devolvido à SESDF, que seja demonstrado que a substituição não trará prejuízo à prestação de serviço de saúde à população;

c) todos os atos de devolução, com as devidas motivações nos termos da alínea anterior, devem ser encaminhados a este Tribunal no prazo de até 5 (cinco) dias;

(...)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

e) o prescrito no item 1 da Circular nº 5/2021 – SES/SUGEP, o qual estabelece que os servidores que atuam em preceptoria ou em unidades ou serviços exclusivos da

atenção terciária (HBDF) não serão devolvidos, salvo por solicitação do próprio servidor e, se houver serviço para a especialidade em outra unidade da rede SES;

V – dar ciência desta decisão ao Ministério Público junto à Corte de Contas do Distrito Federal, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) e ao Sindicato dos Médicos do Distrito Federal – SINDMÉDICO/DF.

No voto que fundamentou a Decisão nº 5.328/2022, manifestei o seguinte posicionamento (peça 161):

“Ao compulsar o feito verifico que, no voto condutor da Decisão nº 4.676/2021, fixamos balizas objetivando promover um adequado encaminhamento à demanda ministerial que, registro, foi considerada procedente, sem que tal deliberação tenha significado limitação à prerrogativa conferida ao gestor de escolher a alternativa que melhor atenda ao interesse público.

Impende consignar que no mencionado voto assinalei que o Contrato de Gestão, em sua Cláusula Décima, itens VIII, IX, X, XI e XII c/c o art. 3º, §§ 5º e 6º, da Lei Distrital nº 5.899/2017 defere ao IGESDF o direito de formalizar a devolução de servidores ao órgão de origem (SES/DF).

Pois bem, nesta etapa serão apreciados os documentos encartados nas peças 154 e 155, onde a SES e o IGESDF buscam demonstrar que observaram as deliberações proferidas nestes autos, com especial enfoque nos itens IV e VI da Decisão nº 553/2021, III.a da Decisão nº 1.340/2021 e item III da Decisão nº 2.253/2021, todos direta ou indiretamente relacionados as condições a serem observadas quando do retorno de servidores da SES a seu órgão de origem ou da demissão de empregados do IGESDF, bem como a questionamentos formulados pela douta representante do Ministério Público de Contas.

(...)

Verifico que a CONJUR/IGESDF fez referência a acórdão editado pelo e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios nos autos do Processo nº 0721608-09.2021.807.0001-TJDFT, nos seguintes termos:

“REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – IGESDF. SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO CRIADA



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

PELO DISTRITO FEDERAL. NÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA. COMPETÊNCIA DA VARA CÍVEL. ATOS DE DEVOLUÇÃO. CONTROLE. TCDF. PREMISSAS. OBSERVÂNCIA. Considerando que o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF é pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de serviço social autônomo, não integrante da Administração direta ou indireta do Distrito Federal, os mandados de

segurança impetrados contra ato de autoridade vinculada ao referido instituto devem ser processados e julgados em Vara Cível.

O IGESDF não integra a Administração Pública direta ou indireta, de modo que a hipótese dos autos não se enquadra no taxativo rol disposto no artigo 26, da Lei nº 11.697/2008, que trata da competência das Varas da Fazenda Pública. O Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF presta serviço público e recebe verbas de origem pública, o que impõe o controle dos atos praticados no exercício de atribuições do poder público, ainda que discricionários, inclusive pelo **Tribunal de Contas do Distrito Federal**. Apesar de facultada à Secretaria de Estado de Saúde a cessão especial de servidor para o IHBDF (IGESDF), com ônus para a origem, o artigo 3º, § 6º, da Lei Distrital nº 5.899, estabeleceu que, a qualquer momento, os servidores cedidos podem ser devolvidos à Secretaria de Estado de Saúde, por solicitação própria ou por decisão do IHBDF. Embora se trate de ato discricionário, decorrente do plano de gestão a ser adotado pelo IGESDF, **é possível que o Tribunal de Contas do Distrito Federal imponha limites aos atos de devolução, para garantir a regular prestação do serviço público e, enquanto vigente a decisão do órgão de controle, deve ser observada.** No entanto, **isto não pode inviabilizar a prolação de novos atos de devolução de servidores, desde que atendidas as recomendações do TCDF**, sob pena de engessar a gestão do serviço público, retirar a discricionariedade do ato, frustrar o objetivo do Contrato de Gestão nº 01/2018 firmado com o Distrito Federal e, em última análise, inviabilizar a adequação do serviço às necessidades concretas. (Processo nº 0721608-09.2021.8.07.0001, Acórdão 1439033, 6ª Turma Cível, Rel. Des. Esdras Neves, Julgamento em 27.07.2022, Trânsito em julgado em 30.08.2022)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

Penso que o entendimento deste Tribunal, manifestado nos presentes autos, foi sufragado na instância judicial, pois temos defendido que:

a) a substituição de profissionais, mormente daqueles que atuam na atenção terciária, com procedimentos de alta complexidade, só pode ser realizada com o devido planejamento, levando-se em conta tempo suficiente para não gerar solução de continuidade ou prejuízo na eficiência do serviço de saúde, bem como para a que a reposição seja realizada com profissional que detenha experiência e expertise semelhante à do substituído;

b) os servidores cedidos podem ser devolvidos à SES/DF a qualquer momento (art. 3º, § 6º, da Lei nº 5.899/2017), todavia tal prerrogativa não pode ser exercitada sem critério e planejamento, como assim o exigem o Contrato de Gestão nº 001/2018- SES/DF (Cláusula Décima, item IX), a própria Lei nº 5.899/2017 (arts. 1º e 2º) e a

Constituição Federal que, em seu art. 37, estabeleceu que o ato administrativo deverá observar, entre outros, o princípio da eficiência, sempre em benefício do interesse público;

c) é de nossa competência aferir se os atos administrativos levados a efeito pelos gestores dos jurisdicionados (SES e IGESDF) atendem ao interesse público, se não haverá prejuízo à população e, finalmente, se o nível de eficiência na prestação dos serviços será mantido, mesmo com a devolução dos servidores à SES.

Assim, repiso, em momento algum nos detivemos em discutir a abusividade, ilegalidade ou invalidade dos procedimentos de restituição à origem dos servidores

cedidos ao IGESDF, bem como não negamos que aquela entidade tem a prerrogativa de suprir a carência de mão-de-obra, onde se fizer necessário.”

Extrai-se das decisões deste Tribunal, bem como da deliberação judicial ora evidenciadas que:

a) a devolução de servidores cedidos ao IGESDF deve observar, rigorosamente, o previsto no Contrato de Gestão nº 001/2018-SES/DF (Cláusula Décima, item IX), na Lei nº 5.899/2017 (arts. 1º e 2º) e na Constituição Federal, no tocante à subordinação, em especial, aos princípios da eficiência, da moralidade, da impessoalidade e da economicidade;

b) a devolução de servidores lotados nas Unidades de Saúde administradas pelo referido Instituto deverá observar as seguintes condições:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

b-1 - o ato deve ser devidamente motivado, de modo que se possa dele extrair informações a respeito da necessidade da devolução, carência de servidores na Unidade da nova lotação, ausência de prejuízo para os serviços prestados pelo IGESDF à população do Distrito Federal, incremento na eficiência dos serviços de saúde prestados à população pela SESDF e pelo IGESDF em razão da devolução;

b-2 - caso haja necessidade de substituição do servidor devolvido à SESDF, que seja demonstrado que a substituição não trará prejuízo à prestação de serviço de saúde à população;

b-3 - o prescrito no item 1 da Circular nº 5/2021 – SES/SUGEP, o qual estabelece que os servidores que atuam em preceptoria ou em unidades ou serviços exclusivos da atenção terciária (HBDF) não serão devolvidos, salvo por solicitação do próprio servidor e se houver serviço para a especialidade em outra unidade da rede SES;

c) é possível que este Tribunal imponha limites aos atos de devolução, para garantir a regular prestação do serviço público e, enquanto vigente a decisão desta Corte, deve ser observada, sem que isto signifique inviabilizar a prolação de novos atos de devolução de servidores, desde que atendidas as condições enumeradas na alínea anterior.

Destarte, com fundamento nas disposições do art. 40 da Lei Complementar nº 01/94 c/c o art. 123 do RI/TCDF, nos precedentes que venho de evidenciar e considerando os termos da Informação nº 12/2023 – 2ª DIFIPE/SEFIPE, **DECIDO:**

I - tomar conhecimento:

a) do requerimento subscrito pelo ilustre Procurador Danilo Moraes dos Santos, no exercício de substituição na 2ª Procuradoria do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (peça 179);

b) do Parecer nº 186/2023 - G2P (peça 192), subscrito pela ilustre Procuradora **Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira**, do MPC/DF;

c) do Ofício nº 376/2023 - IGESDF/DP/CONJUR (peça 197), do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, advindo em resposta à diligência constante do item III da Decisão nº 5.328/2022;

d) dos Ofícios nº 12/2023 e 16/2023 – SES/SRSSU/CRSSM, do Conselho Regional de Saúde de Santa Maria (peças 188 e 201, respectivamente);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

e) do expediente subscrito pela ilustre Deputada Distrital DAYSE AMARÍLIO (peça 200);

f) do Ofício nº 60/2023 - SES/GAB (peça 177), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, cuja requisição já foi atendida pela SEFIPE;

g) dos documentos de peças 205/206 juntados pelo Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal;

II - deferir:

a) o pedido objeto das alíneas **a.i** e **a.ii** do requerimento subscrito pelo ilustre Procurador **Danilo Moraes dos Santos**, no exercício de substituição na 2ª Procuradoria do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (peça 179);

b) o pedido formulado no Parecer nº 186/2023 - G2P, especificamente para que seja franqueado “o link de acesso ao Processo 04016- 00119891/2022-72 ou qualquer outro que traga informações sobre a cessão em curso” (peça 192);

III – determinar o encaminhamento de cópia dos documentos mencionados no item anterior ao Sr. Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil do Distrito Federal e ao titular da Secretaria de Estado de Saúde para que, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciem a remessa a este Tribunal de Contas:

a) dos competentes documentos que subsidiaram a edição do Decreto Distrital nº 44.160, de 25 de janeiro de 2023 (que dispõe sobre o retorno ao quadro de pessoal da SES/DF dos servidores estatutários cedidos ao IGESDF), notadamente, os relativos à sua fundamentação, assim como os motivos que conduziram à sua alteração pelo Decreto nº 44.207, de 07 de fevereiro de 2023, que discriminou as situações excepcionadas daquela medida, demonstrando o atendimento aos parâmetros fixados no item IV da Decisão TCDF nº 553/2021, cujo inteiro teor pode ser diretamente compulsado na página eletrônica deste Tribunal (link “Consulta Processo TCDF”);

b) dos demais esclarecimentos que julgados pertinentes;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

c) permitam o acesso ao Processo 04016-00119891/2022- 72 ou a qualquer outro que traga informações sobre a cessão em curso, conforme requerido pelo MPC/DF;

V – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, tão logo homologado pela autoridade competente o texto final do relatório de que trata o art. 2º do Decreto nº 44.207/2023, contendo a avaliação da necessidade dos aludidos procedimentos de retorno e, em caso positivo, o cronograma desses atos de forma gradativa e planejada, para que não haja desassistência da prestação de serviço de saúde, encaminhe a este Tribunal cópia integral do(s) processo(s) autuado(s) para esse fim, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, contados da citada homologação;

VI – autorizar:

a) o envio de cópia dos documentos citados nas alíneas “d”, “e” e “g” do item I supra à Casa Civil do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com vistas ao grupo de trabalho instituído nos termos da Portaria Conjunta nº 05, de 11 de fevereiro de 2023, para ciência das preocupações e considerações manifestadas ao TCDF no tocante à condução dos procedimentos de retorno dos servidores estatutários cedidos ao IGESDF determinado pelo Decreto nº 44.160/2023 e, em especial, dos requisitos exigidos por esta Corte de Contas para a consecução de tal propósito (conf. item IV da Decisão nº 553/2021);

b) o encaminhamento de cópia desta decisão à ilustre Deputada Distrital **DAYSE AMARÍLIO**, ao MPC/DF, ao IGESDF, ao SINDMÉDICO/DF, na pessoa de seu representante legal, ao Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal e à Sra. Presidente do Conselho Regional de Saúde de Santa Maria – CRSSM;

c) a devolução destes autos à SEFIPE para os devidos fins, determinando-lhe que confira prioridade à análise da diligência veiculada no presente despacho singular (peça 203).

Brasília, em 15 de março de 2023.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator